

**NOTAS SOBRE O RITUAL DA JUREMA: PESSOAS-RELAÇÃO E ENCANTADOS
ENTRE O POVO IBIRAMÃ KIRIRI DO ACRÉ*****APUNTES SOBRE EL RITUAL JUREMA: PUEBLO-RELACIONES Y LOS
ENCANTADOS ENTRE LOS IBIRAMÃ KIRIRI DE ACRÉ******NOTES ON THE JUREMA RITUAL: PEOPLE-RELATIONS AND THE ENCHANTED
AMONG THE IBIRAMÃ KIRIRI PEOPLE OF ACRÉ***

Maria Carolina Arruda BRANCO¹
e-mail: mariacarolinaarrudabranco@gmail.com

Como referenciar este artigo:

BRANCO, M. C. A. Notas Sobre O Ritual Da Jurema: Pessoas-relação e encantados entre o povo Ibiramã Kiriri do Acré. **Rev. Cadernos de Campo**, Araraquara, v. 24, n. esp. 1, e024009, 2024. e-ISSN: 2359-2419. DOI: <https://doi.org/10.47284/cdc.v24iesp.1.18331>



| **Submetido em:** 06/08/2023
| **Revisões requeridas em:** 09/11/2023
| **Aprovado em:** 02/04/2024
| **Publicado em:** 30/10/2024

Editores: Profa. Dra. Maria Teresa Miceli Kerbauy
Prof. Me. Thaís Cristina Caetano de Souza
Prof. Me. Paulo Carvalho Moura
Prof. Thiago Pacheco Gebara

¹ Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) São Carlos – SP – Brasil. Doutoranda em Antropologia Social pelo PPGAS/UFSCar. Mestra em Antropologia Sociocultural pelo PPGANT/UFGD. Possui interesse nos diálogos que perpassam etnologia indígena, teoria antropológica, liderança, mulheres indígenas, políticas públicas e territorialidade.

RESUMO: O presente trabalho etnográfico busca apresentar os Kiriri do Acré como povo e evidenciar suas trajetórias e relacionamentos, bem como situar o complexo ritual da Jurema, amplamente difundido entre os povos indígenas no Nordeste brasileiro e suas práticas. Através do diálogo com noções Kiriri de *ciência* e *brincadeira*, e a forma pela qual esses contextos são acionados no relacionamento com *Encantados*, humanos e não-humanos através do ritual em seu aspecto público e/ou privado. As categorias de enramação e dom, bem como as relações generificadas entre os *Encantados* e as mulheres são abordadas a fim de compreender certos atravessamentos do toré no relacionamento entre os Kiriri do Acré com o território físico que ocupam e com os contextos cosmológicos proporcionados pelas trocas no contexto ritualístico.

PALAVRAS-CHAVE: Ritual. Jurema. Povo Kiriri do Acré. Mulheres. Encantados.

RESUMEN: Este trabajo etnográfico pretende presentar a los Kiriri de Acré como pueblo y destacar sus trayectorias y relaciones, así como situar el complejo ritual de Jurema, muy extendido entre los pueblos indígenas del nordeste de Brasil, y sus prácticas. A través del diálogo con las nociones Kiriri de ciencia y juego y la forma en que estos contextos se activan en la relación con los Encantados, humanos y no humanos a través del ritual en su vertiente pública y/o privada. Las categorías de embelesamiento y don, así como las relaciones de género entre los Encantados y las mujeres son abordadas para comprender ciertos cruces del toré en la relación de los Kiriri de Acré con el territorio físico que ocupan y con los contextos cosmológicos proporcionados por los intercambios en el contexto ritual.

PALABRAS CLAVE: Ritual. Jurema. Pueblo Kiriri de Acré. Mujeres. Encantado.

ABSTRACT: This ethnographic work seeks to present the Kiriri of Acré as a people and to highlight their trajectories and relationships, as well as to situate the complex ritual of Jurema, which is widespread among indigenous peoples in northeastern Brazil, and its practices. Through dialog with Kiriri, notions of science and play are explored, and the way in which these contexts are activated in the relationship with the Enchanted, humans, and non-humans is explored through the ritual in its public and/or private aspects. The categories of enrapturement and gift, as well as the gendered relationships between the Enchanted and women, are addressed to understand certain crossings of the toré in the relationship between the Kiriri of Acré with the physical territory they occupy and with the cosmological contexts provided by the exchanges in the ritualistic context.

KEYWORDS: Ritual. Jurema. Kiriri People of Acré. Women. Enchanted.

Introdução: os Kiriri do Rio Verde

Este trabalho é parte da pesquisa de Mestrado em Antropologia realizada na Universidade Federal da Grande Dourados, com o povo Kiriri do Acré em Caldas, município do estado de Minas Gerais. Esta pesquisa contou com o financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES 2021-2023). O presente artigo busca resgatar aspectos das práticas devocionais do povo Kiriri do Acré abordados anteriormente na dissertação e avançar outras hipóteses que se apresentaram, posteriormente, à conclusão do texto destinado à titulação da presente autora enquanto mestra em Antropologia Sociocultural.

Os registros acerca do povo Kiriri relata que eles eram numerosos e de ocupação territorial extensa pelo interior, nos estados que hoje chamamos de “Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Ceará, Pernambuco, Paraíba, [e ainda, no] curso inferior do Rio São Francisco, Sergipe e Bahia” (Bandeira, 1972, p. 19). Na metade do século XVII, é iniciado entre os Kiriri a ação catequética da igreja católica, que segundo Maria Lourdes Bandeira (1972) fora iniciada pelos missionários franceses, que foram substituídos pelos italianos e por fim, pelos jesuítas portugueses. Se outrora havia uma ocupação extensa, a realidade nos dias de hoje, século XXI, é deveras diferente. A realidade indígena no Brasil é marcada por perseguições e confinamentos em territórios muito pequenos. Naquele tempo, houve alguns aldeamentos missionários, dentre eles, Saco dos Morcegos, atual Mirandela, que está localizada em Banaê no estado da Bahia, fundada no século XVII pelo jesuíta português João de Barros, com o intuito de reunir os “*Kipeá-Kiriri*” (Brasileiro, 1996, p. 48). Este aldeamento perdurou e ainda hoje é território Kiriri, este que nos interessa particularmente porque é o local de onde vieram os Kiriri que ocupam a região do Rio Verde em Caldas/MG².

Segundo Bandeira (1972) e reiterado por Sheila Brasileiro (1996), os Kariri do sertão baiano e do Sergipe eram do ramo Kipeá, diferente dos Dzubukuá, ramo que habitava o São Francisco, segundo nos contam as autoras, a diferença entre ambos os ramos parecia ser de ordem linguística. Entre os Kiriri da família Kariri, que habitavam o sertão nordestino e que pertenciam ao ramo Kipeá, observa-se além da unidade linguística, diferente dos demais grupos, uma unidade cultural nas crenças. Bandeira (1972) relata ainda que além destes dois

² O povo Kiriri que atualmente vive em Caldas/MG, já residiu em Mirandela/BA, mas após desentendimentos migraram para Serra do Ramalho/BA. Lá, ao receberem a oferta de uma terra pelos então amigos Xukuru-Kariri, migraram para Muquém do São Francisco/BA e mais tarde migraram para Caldas/MG. Para aprofundar neste percurso de migração, ver Henrique (2019).

“dialetos” o Kipeá e o Dzubukuá, outros dois estão documentados, o Pedra Branca e o Sabujá ou Sapuya.

Para nos referirmos aos Kiriri residentes em Caldas, temos algumas alternativas: *Kiriri*³, *Kiriri de Minas Gerais*, *Kiriri de Caldas*, *Kiriri do Rio Verde* e *Kiriri do Acré*, todas essas denominações já foram ditas pelos próprios Kiriri referindo-se a si mesmo. Com exceção da primeira alternativa que faz referência direta à etnia, as demais fazem referência a um lugar, ao estado de Minas Gerais, ao município de Caldas e ao bairro rural do Rio Verde. *Acré*, que também é referido, significa, no idioma Kiriri justamente Rio Verde, que diz respeito ao bairro rural que os Kiriri habitam em Caldas. Assim, todas estas nomeações recorrem à vinculação dos Kiriri ao local, sendo eles *de Minas Gerais*, *de Caldas e do Rio Verde* e não de qualquer outro lugar. Esta relação com o local é de suma importância para as relações, tanto as empreendidas com sujeitos não indígenas como com sujeitos indígenas, mas principalmente, nas relações empreendidas com os Encantados.

Acerca do idioma Kiriri, sinalizado acima, convém algumas observações. O povo Ibiramã Kiriri do Acré encontra-se em retomada de sua língua, no trabalho de Henrique e Ramos (2021) as autoras abordam que o resgatar a língua indígena é um projeto para os Kiriri do Acré que articula conhecimento, *ciência* e escola. Na dimensão proposta pelas autoras, resgatar a língua está intimamente conectado à luta pela terra empreendida pelas famílias indígenas da aldeia Ibiramã Kiriri do Acré. Roseni Ramos, uma das autoras deste texto é minha interlocutora, e em uma de minhas idas à aldeia tive a oportunidade de participar da aula de língua materna ministrada por ela a todas as turmas da escola. Tive o privilégio de assistir a uma aula dada à turma de 5º ano da escola, nesta ocasião Roseni me explicou que a língua materna de que trata naquele contexto é o *Pankawá*, idioma falado exclusivamente pelos Kiriri no contexto de Minas Gerais, pois se trata de uma articulação entre os idiomas falados pelo povo Kiriri e pelo povo Pankaru, sendo uma composição entre os idiomas das famílias Kipeá e Zebupuá. Além do trabalho de Henrique e Ramos (2021), pouco se tem etnografado acerca do idioma Kiriri em Minas Gerais.

Este povo que vive em Caldas veio, em sua maioria, do município de Muquém do São Francisco (BA), eles ocupam o território em Caldas desde 2017, de lá pra cá algumas crianças já nasceram e crescem junto de sua parentela nas terras sul mineiras. Quando se mudaram para Caldas, os Kiriri eram poucos membros de uma mesma família, hoje, na aldeia moram mais de

³ Ao longo deste texto o recurso itálico será utilizado para indicar referências diretas a termos e expressões utilizadas pelos Kiriri do Acré, bem como para situar palavras estrangeiras.

60 pessoas, entre mulheres, homens e crianças, de distintas faixas etárias. A aldeia Ibiramã Kiriri do Acré aglutina sujeitos Kiriri, Pankaru e Xukuru-Kariri, a morada junto ao povo Kiriri é refúgio a indígenas de outras aldeias que optaram por sair de suas aldeias de origem, devido a desentendimentos com as então lideranças, como é o caso de alguns Xukuru-Kariri; outros escolheram a morada junto aos Kiriri por uniões matrimoniais, relações de amizade e acolhimento por parte dos Kiriri que são muito receptivos e abertos à construção de novos relacionamentos.

O atual cacique do povo Kiriri é Adenilson, que é casado com Carliusa, a atual vice-cacique. Além de suas funções como liderança da comunidade, Carliusa atua como diretora da Escola Estadual Ibiramã Kiriri do Acré, localizada dentro da aldeia. A primeira visita de Adenilson à cidade de Caldas ocorreu devido a um relacionamento que ele manteve com uma das irmãs do cacique do povo Xukuru-Kariri. Com o término dessa relação, Adenilson retornou à Bahia, onde iniciou seu relacionamento com Carliusa. Na segunda vez que retornou a Caldas, ele foi acompanhado de sua atual companheira, Carliusa, e, como ela relatou, *ambos passaram um período com os Xukuru-Kariri*, mas nunca chegaram a residir com eles. A terceira visita de Adenilson e Carliusa a Caldas teve como objetivo encontrar um local para estabelecer residência nas terras do sul de Minas Gerais, motivados principalmente pela busca por um *território fértil*, onde pudessem ter acesso a emprego e alimentos em abundância.

Os Kiriri do Rio Verde atualmente ocupam um território que estava oficialmente registrado como pertencente à Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG). No entanto, por meio de estudos e investigações, descobriram que essa terra foi, em tempos remotos, morada do povo Tapuia. Os Kiriri têm reunido evidências da ocupação indígena na região de Caldas e acreditam que o território onde estão localizados é, na verdade, um antigo cemitério indígena. Essa afirmação baseia-se tanto nas informações adquiridas por meio de trocas com os Encantados, através do ritual do Toré, quanto no contexto histórico de Caldas, que indica que aquela área foi habitada pelos Tapuia. Essas circunstâncias reforçam o sentimento de pertencimento e o desejo dos Kiriri de preservar o local onde vivem atualmente.

De acordo com a orientação recebida dos Encantados, os Kiriri foram instruídos a cuidar daquelas terras, pois os que as ocuparam anteriormente não souberam preservá-las. Observa-se que os Kiriri mantêm uma relação de profundo respeito e reciprocidade com os Encantados, espíritos de seus antepassados, que os ensinam e orientam sobre a vida, as decisões a serem tomadas e as possibilidades futuras.

Situando o Complexo: uma *Ciência* triste é aquela em que não se *Brinca*

O Toré é um ritual que está dentro do que se convencionou chamar na literatura de “Complexo Ritual da Jurema”, que consiste na reunião de um conjunto de práticas religiosas da qual o Toré é apenas uma de suas manifestações (Nascimento, 1994). O toré é, nas palavras de Estêvão Palitot e Fernando Júnior (2004), a expressão mais emblemática da etnicidade, da cultura e da religiosidade dos povos indígenas no Nordeste. A bibliografia apresenta-nos a difusão do ritual da Jurema no Nordeste brasileiro, difusão está ligada à força e ao segredo que circundam a Jurema, tanto enquanto árvore, como enquanto bebida, entidade e complexo ritual. Sabe-se que os segredos da jurema atravessaram o período colonial e ainda hoje mantém-se vivo enquanto um segredo no seio das comunidades que o praticam.

Diversas plantas são denominadas de Jurema. Há registros muito antigos da utilização ritualizada desta planta. Em dicionários de botânica do Brasil, existe referência à Jurema Preta (*Acacia jurema*, Mart - Fam. Legum), como umas das encontradas nos sertões, grafando ainda que “é essa grande planta, de que os caboclos faziam beberagem[sic] com que dizem eles, se encantam e se transportam ao céu. Entretanto, é bem medicinal; asseverou-nos um sertanejo a sua eficácia, para extirpar os cancros, só com a entre-casca, usada em emplastro. Nada podemos assegurar” (Lima, 1946:54 apud. Nascimento, 1994:91). E ainda, no campo da botânica brasileira em 1881 que apresenta a Jurema (*Mimosa jurema*) como uma árvore de

mediana grandeza, que vegeta em terrenos fracos e secos. Os sertanejos curam o cansaço, e a caquexia, com a casca desta árvore. Os índios extraem da Jurema certa espécie de vinho que embriaga, com transporte delicioso. Para este fim, tiram a casca, põem de infusão por 24 horas, coam depois a infusão, ajuntam-lhe mel de abelhas para corrigir o gosto adstringente dessa embriagante bebida, e guardam-na para uso (Lima, 1946, p. 53 apud Nascimento, 1994, p. 92).

O elo condutor entre as distintas práticas que compõem o complexo ritual da jurema é a utilização ritual da bebida de nome Jurema, feita a partir da planta de mesmo nome. Dentre as práticas religiosas que utilizam ritualmente a bebida feita a partir da Jurema, estão o Candomblé de Caboclo, os Torés Misturados, os Catimbós⁴, ligados às práticas religiosas realizadas pelas comunidades afrobrasileiras⁵. Já as práticas indígenas que fazem uso da Jurema

⁴ Para aprofundar nas semelhanças e mesmo na utilização ritual da Jurema em cada uma destas práticas sugiro conferir o trabalho de Nascimento (1994).

⁵ A norma culta da língua portuguesa, no novo acordo ortográfico, manda grafar os adjetivos pátrios com palavra + hífen + palavra, que neste caso seria afro-brasileiro, no entanto, utilizo a grafia “afrobrasileiras”, sem o hífen, por compreender que a relação proposta neste contexto etnográfico, não cabe a separação dos dois termos, porque eles justapostos assim, sinalizam uma unidade dividida, proposta de anti-mestiçagem de que trata Kelly

enquanto uma bebida sagrada e que se encontram dentro do Complexo Ritual da Jurema são o Ouricuri, o Praiá e o Toré⁶.

Os Encantados, Mestres Encantados ou *Guias Encantados* são entidades em princípio benéficas, que auxiliam os indígenas em todos os aspectos da vida, seja na tomada de decisões políticas, públicas e/ou privadas. Acerca dos Encantados, parte da bibliografia enfatiza seu caráter de entidades vivas, isto significa que eles são forças da natureza ou que, tendo sido humanos, não passaram pela experiência da morte (Nascimento, 2004; Ahlert, 2021). Desta forma, eles não são espíritos mortos, encarado como “coisa de branco”, numa alusão ao Espiritismo, Umbanda, ou outros “trabalhos” que não são “coisa de índio” (Nascimento, 2004, p. 39). Apesar de grande parte da literatura acerca dos Encantados os descreverem como entidades que não passaram pela experiência de morte, no caso dos Encantados que se relacionam com os Kiriri do Acré, a realidade é outra. Eles passaram pela experiência de morte, se encantaram, e nem por isso, perderam o caráter de entidade viva, pois como disseram minhas interlocutoras, eles *vivem no Reino da Jurema*. Logo, os Encantados podem ter tido uma experiência humana, podem ter sido antepassados que se encantaram, isto é, eles nunca deixaram de viver, só habitam hoje um outro plano conhecido, no caso dos Kiriri, como Reino dos *Encantados ou Reino da Jurema*, os Encantados partilham com alguns sujeitos Kiriri o relacionamento de troca e mediação das ações.

Para os Kiriri do Rio Verde, os Encantados são *Espíritos, entidades, guias* que os Kiriri não conseguem ver. Acredita-se que os Encantados são antepassados que morreram, encantaram-se e que vêm aos Kiriri e lhes concedem orientação. Tendo se encantado, e passado pela experiência de vida neste plano, é que os Encantados conseguem orientar os Kiriri. Os Encantados vivem n’*O Reino dos Encantados*, nenhum Kiriri tem acesso ao reino dos encantados, o diálogo com eles só acontece quando os Encantados vêm até os Kiriri. Segundo Carliusa eles não sabem como é o *Reino dos Encantados* e nem como eles vivem, sabem apenas que existe, mas não sabem como e nem onde existe. Os Encantados não incorporam nos Kiriri, eles *encostam para dar o recado*, e a pessoa cujo corpo é *encostado*, permanece ali enquanto corpo, mas não enquanto mente, os Encantados *tomam a mente da gente*, me diz Carliusa, e

(2011;2016). Nem afro, nem brasileira encontra potência, tão pouco, afro-brasileiro; a proposta, trata propriamente da equação $a+b=a/b$. Dito isso, sinaliza-se que afro-indígena, será grafado sem hífen seguindo a mesma lógica.

⁶ As semelhanças e distanciamentos destas três práticas também podem ser conferidas no trabalho de Nascimento (1994). Ao qual compõe com as três práticas em um campo tênue, uma vez que a diferenciação entre elas se apresenta de forma sinuosa, o que pode apresentar-se de forma semelhante, no entanto, reconhece que a diferença entre elas de fato existe, uma vez que quem afirma que as pratica, sinaliza suas aproximações e seus distanciamentos.

quando perguntada se os encantados possuem domínios como o rio, a mata etc., ela me disse que não, distanciando-nos da religiosidade afrobrasileira em que se apresenta em algumas religiões a vinculação das entidades a determinados locais. O que se sabe, então, é que os encantados não têm domínios, ponto que me foi revelado por Carliusa e outros Kiriri em diálogo⁷, e *encostam* em alguns Kiriri, a experiência com os encantados não é uma experiência visual, o que me foi relatado por Carliusa e por Dona Alzira, que me disse: *eu não vejo nada, mas sinto tudo*. O relacionamento dos encantados com os Kiriri exige a compreensão e atenção a outros sentidos para além da visão.

O ritual do Toré praticado pelos Kiriri faz parte do Complexo da Jurema. A Jurema, como sinalizado acima, pode ser entendida como uma planta, diversas espécies botânicas são referidas como Jurema; uma bebida e/ou uma entidade, este último sentido consiste em uma mistura afroameríndia, por grupos “que substituíram a planta bebida por uma representação de forças nativas” (Grünwald⁸). Não há concordância aqui com o direcionamento dado por Grünwald de que haja uma “representação” de forças nativas, o que se observa são formas de manifestação das entidades que não necessariamente dizem respeito a uma “representação”, como se ela não estivesse ali e estivesse sendo “representada” por algo, o entendimento que tenho acerca deste ponto é de que a bebida é justamente a manifestação potente da Jurema enquanto uma entidade, pois *a bebida é da Cabocla Jurema*, como me disse o Pajé; diferentemente da *Jurema, árvore sagrada*, que parece ser visto antes de tudo como símbolo de resistência para os Kiriri. Esse processo, logo, aciona possibilidades de modulações, ou seja, de formas diferentes de relacionar-se com a entidade e ativá-la. No caso dos Kiriri do Rio Verde, não houve a substituição da planta bebida, ela ocupa posição central para a *ciência* desse povo, no entanto, a mediação com a Encantada Jurema é que possibilita a utilização da raiz da planta e, quando necessário, a substituição da bebida com base na planta. O relacionamento com a entidade é que mobiliza uma rede de ações que constitui a vida deste povo. Desta forma, mesmo quando há substituições autorizadas pelos Encantados, não basta ter a raiz ou outra substância

⁷ Há os estudos acerca das categorias de "dono" ou "mestre" na Amazônia (Fausto, 2008), que reflete acerca dessas categorias chaves para a compreensão da cosmologia indígena. Apesar dos diálogos com os Kiriri sinalizar a não existência da vinculação das entidades a determinados locais como a água, as matas e outros domínios, como veremos em breve neste texto, há alguns indícios etnográficos que nos permitiria afirmar a existência desses domínios. No entanto, como é um aspecto ainda não explorado em relação aos Kiriri do Acré e a partir de sua sinalização de recusa a esta ideia, nesta peça, não aprofundarei neste ponto a fim de não sobrepor ideias de outros campos e outros estudos, ainda que clássicos, quando percebo meus interlocutores me comunicando outra coisa.

⁸ Disponível no link: <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v60n4/a18v60n4.pdf> Acesso em 15 de janeiro de 2022.

que faça às vezes da raiz no ritual, é preciso saber como ativá-la, e esta ativação só acontece mediante o relacionamento constante.

Dentre os Kiriri do Rio Verde, a Jurema é vista como o *símbolo dos povos indígenas*, no território em Caldas, há um pé de Jurema plantada que veio da Bahia para Minas Gerais. O Pajé Adenilson me contou que a Jurema plantada na aldeia é Jurema Preta, ela passou por uma série de adaptações, foi necessário movê-la de lugar, sendo retirada de um local mais baixo para um local mais alto; neste novo local, quando o Pé de Jurema estava *grandinho*, aconteceu uma geada e ela secou por completo. Todos tinham a certeza de que ela havia morrido, porém, depois de cerca de três dias de chuva ela começou a brotar novamente, e, desde então, eles têm cuidado dela e ela tem se desenvolvido bem. O Pajé me disse ainda que sendo a Jurema, *a árvore sagrada*, o local em que ela está plantada também é um *local sagrado*. A Jurema plantada na aldeia tem cerca de 1 metro de altura. Os Kiriri *trabalham com a jurema*, por sua condição de importância eles a trouxeram e plantaram-na para a terem em seu território, ela é compreendida como *o símbolo da aldeia. Jurema é a árvore sagrada*. Carluisa me relata que entre os Kiriri ela não é vista a partir de uma distinção de gênero, enquanto árvore é uma árvore, e é compreendida como uma *árvore sagrada*. O pé de jurema é diferente da Encantada Cabocla Jurema, o pé da Jurema em si não é um encantado, e a distinção que Carluisa faz para que eu compreenda é que *o pé de jurema a gente bebe*, se referindo ao vinho da jurema, bebida utilizada na *ciência*; e, ainda, o pé da Jurema é possível *passar no corpo*, já *o Encantado a gente não vê*, retomando aquilo que me disse sobre os Encantados, que são seres outros, que passaram pela experiência terrena, morreram e encantaram-se, ocupando hoje um local de importância quanto às orientações para os Kiriri, mas enfatiza que eles não veem os Encantados. A experiência com os Encantados não é visual, como também me contou Dona Alzira que afirmou: *eu sinto tudo, mas eles não chegam a encostar em mim, só Carluisa e Roseni que pegam eles*.

A árvore da jurema vai andando, me disse Dona Alzira, ela é a *árvore sagrada*, vai caminhando junto com os Kiriri, o principal vinho da *ciência* é o vinho de jurema, *ele é proteção*, além dele também se utiliza o vinho de macaxeira, o vinho do milho e o vinho do maracujá-do-mato/maracujá-de-capoeira, diferente da fruta que chamamos de maracujá na região sudeste do Brasil, esta que é chamada de maracujina, pelos Kiriri. O deslocamento dos Kiriri no espaço demonstra a forma com que eles são capazes de ir *construindo território* e isso acontece também a partir da participação da Jurema, *árvore sagrada*, que acompanha os Kiriri, passa por dificuldades junto deles e permanece ali, se adaptando e persistindo em um novo ambiente. *Vocês vão sofrer, mas vai vencer*, foi o recado do *Tapuia, verdadeiro dono da terra*

aos Kiriri assim que eles entraram na terra, Tapuia é a referência a um povo antigo que residiu em Caldas, no mesmo território que hoje os Kiriri do Rio Verde ocupam. O relacionamento com o *Tapuia, verdadeiro dono da terra*, encantado que autoriza os Kiriri a estabelecerem moradia no Rio Verde é o que baliza o relacionamento dos Kiriri com o Rio Verde, em Caldas. Dona Alzira me diz que a *árvore mãe, raiz* está lá, se referindo ao Nordeste brasileiro, e que desta *árvore mãe*, é que saem as *ramas*. Os deslocamentos vão *puxando ramas*, para os Kiriri, *Jurema, a árvore sagrada*, possibilita também uma analogia com suas vidas.

O Toré, por ser um ritual difundido no Nordeste brasileiro e praticado por diversas etnias, acaba se apresentando de forma diferente a depender do povo em questão que o pratica. Entre os Xocó e Kariri-Xocó de Alagoas estudados por Clarice Mota (2004), trata-se de “uma forma de dança e cânticos que estas comunidades apresentam tanto como *performance* religiosa quanto como folguedo, ou ‘brincadeira’” (p. 143) a autora realiza o esforço de refletir o toré enquanto “invenção grupal”, movimento que os fazem refletir, reformular e autenticar sua “existência pela fé”, fé essa que não diz respeito à religião, mas que está ligada à fé na potência do coletivo. Para Estêvão Palitot e Fernando Júnior (2004), o toré realizado entre os Potiguara em São Francisco e em Vila Monte-Mór, evidenciam a imemorialidade do ritual entre os praticantes, os autores trazem aspectos importantes à sua contextualização, relevando que em ambas as aldeias, suas observações direcionam-os à relação do toré com a devoção católica e, ao mesmo tempo, com a ancestralidade indígena, além disso, os autores identificam que o toré é invocado como “expressão do ser indígena”, bem como sinalizam que o toré é “um importante recurso simbólico nas relações políticas com os órgãos oficiais” (p. 171).

No trabalho de José Vieira (2019) acerca do povo Potiguara da Paraíba, a perspectiva acerca do toré é de que neste contexto ele é realizado a partir da tradição oral e remonta ao tempo dos antigos, ao tempo dos “trancos velhos”, isto é, geração que corresponde à dos avós. O toré é compreendido como “uma linha de trabalho de mestres e de caboclos encantados, cuja ideia de ‘incorporar’ diz respeito, acima de tudo, ao fato do encantado ‘se encostar’ e agir (‘trabalhar’)” (p. 53). O trabalho realizado por Marcos Albuquerque (2004) junto aos Kapinawá em Pernambuco, evidencia a criação de um ritual próprio chamado Torécoco, manifestação política e espaço de atualização da tradição vivenciada por este povo.

Os quatro trabalhos sinalizados acima compartilham muitas semelhanças entre si e com os Kiriri, como veremos adiante, o toré realizado pelo povo Ibiramã Kiriri do Acré compartilha vivências com outras etnias no Nordeste brasileiro, sobretudo no contexto de necessidade de reafirmação de suas práticas indígenas. O toré é vivenciado em dois momentos, um público e

um privado, mas em ambos é manifestado como símbolo das relações políticas, é nesses espaços que os Kiriri do Acré mobilizam e firmam compromissos com aliados políticos sejam eles humanos ou não-humanos. Suas percepções enquanto *ramas* do território mãe, aquele de onde vieram na Bahia é presente e profundo nas experiências compartilhadas entre si, e com Dona Alzira mãe de Carliusa e uma das principais mantenedoras das práticas do toré entre os Kiriri. Cabe dizer ainda que o toré foi ensinado aos Kiriri em 1976 pelo povo Tuxá em Rodelas na Bahia, a partir deste contato o povo Kiriri "resgatou" ou de certa forma (re)aprendeu o ritual do Toré. Sendo este um elemento fundamental das práticas envolvendo o sagrado para os povos no Nordeste, além de ser considerado um indicador de autenticidade e veracidade da indianidade de um povo, reconhecido pelo Estado no Nordeste brasileiro (Brasileiro, 1996; 2012), a feitura do toré enquanto tradicionalidade é atualizada e compartilhada, o ritual realizado nos dias atuais pelos Kiriri do Rio Verde não é aquele mesmo aprendido outrora com os Tuxá, trata-se de uma atualização da tradição vivenciada por eles junto de seus membros e *mestres*.

O Toré pode ser visto em dois momentos muito distintos entre si, a categoria de *Toré/Brincadeira* que diz respeito a um fazer público do ritual e a categoria de *Ciência* que corresponde ao fazer privado do ritual. Acerca destas categorias, convém observar que retomo um dos primeiros diálogos que tive com Carliusa, em 2020, quando, relatando a ela meus interesses de pesquisa, expliquei que gostaria de estudar o Toré Kiriri. Nesta primeira conversa, Carliusa foi enfática ao me dizer não à proposta que eu fazia: *Nós não realizamos pesquisa sobre nosso Toré* (Carliusa, 2020. Comunicação pessoal.). O que me colocou em uma situação de obrigatoriedade de explicar que eu tinha plena consciência de que não seria possível participar do Toré em sua dimensão privada (*ciência*), mas que meus interesses eram justamente em sua dimensão pública (*toré/brincadeira*) e aquilo que é publicizado para quem não faz parte do coletivo. Carliusa foi, portanto, categórica ao me sinalizar que eles, povo Kiriri do Acré, não fazem pesquisa sobre o seu Toré; embora tenha obtido algumas falas e explicações de Carliusa sobre certos aspectos da *ciência* Kiriri, sinalizo que a descrição deste ritual é limitada.

O Toré é composto por muitas práticas rituais que nos levam à dimensão do segredo, o local em que se realiza o ritual é no meio da mata, longe dos olhares daqueles que não fazem parte do grupo, há os elementos próprios do ritual. Nos diferentes relatos acerca do Toré com os quais tive contato, principalmente os que se referem ao Toré produzido pelos Kiriri do Rio Verde, as categorias *ciência* e *brincadeira* são mobilizadas para dar conta das complexidades presentes na realização do ritual em suas diferentes formas e com diferentes públicos.

A dimensão da brincadeira, no contexto de publicização por meio das redes sociais, está frequentemente associada ao termo “apresentação”, referindo-se ao ato de realizar o Toré em sua forma pública, como uma maneira de *divulgar aspectos das culturas indígenas*. Esse entendimento é expresso por Cacique Adenilson em uma publicação no Facebook (2022), na qual ele afirma: “apresentar um pouco das nossas culturas”. Frases como essa são recorrentes, como no caso da apresentação do povo Kiriri durante a festa de São João, em 19 de junho de 2022. Além disso, houve uma apresentação no dia 19 de abril, em comemoração ao “Dia do Índio”.

Para além dessas celebrações temáticas, os Kiriri são frequentemente convidados pela prefeitura de Caldas para realizarem apresentações culturais. Em ocasiões em que realizam atividades abertas ao público, o convite é amplamente divulgado por meio das redes sociais, especialmente no perfil de Carliusa no Facebook e na página Aldeia Ibirimã Kiriri, também na mesma plataforma. Nessas postagens, o convite é estendido a toda a comunidade local, bem como a qualquer pessoa que tenha visto a publicação e deseje participar. Todos são bem-vindos a essas atividades, promovendo, assim, uma abertura ao diálogo e à valorização da cultura Kiriri.

Os Kiriri se mostram muito receptivos e abertos a constituir alianças com quem está disposto a colaborar com sua luta, parece-me que o momento de *apresentação do Toré*, em sua dimensão de *brincadeira*, configura-se enquanto um espaço político de relacionamentos potenciais entre os Kiriri e principalmente os que se propõem serem aliados na caminhada e na luta. A minha hipótese é que a restrição à bebida sagrada da Jurema e o fato de o relacionamento com os Mestres Encantados ser “controlado”, é uma forma, justamente, de estabelecer certos limites de acesso à “cultura”⁹ àqueles que estão de fora do grupo. Para os Kiriri, a constituição de relacionamento com os não indígenas no campo da política é fundamental para empreender seus objetivos. Tanto o é, que em uma toante os Kiriri cantam: *sou da etnia Kiriri, quero brincar com você*, estas duas curtas frases tratam de um explícito convite à relacionalidade, movimento

⁹. A apresentação da “cultura” é pensada aqui, a partir do trabalho de Manuela Carneiro da Cunha (2009), no qual a autora estabelece a diferença entre “cultura” com aspas e cultura sem aspas, ressaltando que são dois processos diferentes. Sendo cultura sem aspas, definido pela autora, como esquemas que foram internalizados e que orientam a ação das pessoas garantindo um grau de comunicação entre grupos, a autora se vale de exemplos para pontuar que a cultura opera a partir de acumulação, empréstimos e transações. Enquanto que “cultura” com aspas, se refere a uma noção reflexiva que fala de si mesma e se caracteriza por operar a partir do regime de etnicidade. A autora compreende que há entre “cultura” e cultura uma distinção analítica que se apoia nos princípios de inteligibilidade diferentes que cada uma possui, pois, “a lógica interna da cultura não coincide com a lógica interétnica das ‘culturas’” (Carneiro da Cunha, 2009, p. 159).

consciente dos Kiriri em querer *brincar*, brincadeira essa que nem de longe está desprovida de interesse e profundidade.

A *ciência*, diz respeito ao que seria um momento ritual com a presença dos Encantados, momento de circulação mais intensa de força e energia entre humanos e esses outros seres, sobretudo porque neste momento está presente a bebida sagrada, e a ingestão da jurema promove conexões e potenciais transformações aos que se colocam em relação com ela. Logo, a categoria *ciência*, acaba sendo retratada como um momento ritual mais “sério”, justamente pelo potencial de transformação e conexão com os *Mestres Encantados*.

Em um vídeo divulgado no *Facebook*, em 08 de janeiro de 2021, no contexto de aprovação da Lei n.º 23.758, de 06 de janeiro de 2021, que autoriza o Poder Executivo a doar à União o imóvel de 60ha situado no bairro do Rio Verde, município de Caldas, com a finalidade de destinar-se “à regularização de território tradicionalmente ocupado pelo povo indígena Kiriri”, Carlusa afirma que é na *Casa da Ciência*, no *Terreiro do Toré*, que os Kiriri nascem e morrem, está afirmação pode ser pensada do ponto de vista da formação e da identidade enquanto sujeito Kiriri, da produção do corpo desses sujeitos, dos compartilhamentos enquanto sujeitos indígenas que experienciam e compartilham com seus semelhantes à trajetória e a manifestação do sagrado. Esse local também é o lugar em que se definem objetivos, e os colocam em prática, onde se tomam decisões, e local em que acontecem reuniões, pois é ali que se acolhe a opinião de *todos*. Por *todos*, estão englobados todos os Kiriri na comunidade, mulheres, homens, mais velhos, mais novos, *todos* participam das tomadas de decisões, também compreendo que entre *todos*, está contido os *Mestres Encantados*, pois são eles quem tem *guiado* os Kiriri do Rio Verde *pelos caminhos certos*. Desta forma, gostaria de enfatizar que o lugar da *ciência* é sobretudo o local da manifestação potente do *ser Kiriri*, com toda implicação de relacionamento que isso carrega.

No referido vídeo, observamos os Kiriri em festa, um momento de profunda celebração e de sentimento de gratidão aos que, atuando lado a lado com eles, conseguiram um ganho coletivo de permanência na terra, esta que só fora ocupada mediante a autorização do *Tapuia*, verdadeiro dono da terra em Caldas. A diplomacia dos Kiriri é fundamental para que ocorram ganhos políticos no plano material e terrestre, mas os caminhos que levam a isso são estabelecidos de antemão pelos *Mestres Encantados*.

Esses reflexos daquilo que está na dimensão da *ciência* e na dimensão da *brincadeira*, seus atravessamentos e interpenetrações culminam inevitavelmente na pergunta: na *ciência* não

se *brinca*? Na *brincadeira* não há *ciência*?¹⁰. Ouso dizer que sim, na *ciência* se *brinca*, e na *brincadeira* há *ciência*, pois os relacionamentos acontecem nos dois momentos de forma imbricada. A *ciência* é o lugar em que se reúne, planeja e dá início às ações, mas também é o lugar do agradecimento, na *ciência* cabe a festa, cabe o “*Toré da Alegria*”, cabem risos e sorrisos, cabem pulos em meio à marcação firme do pé no chão, cabe a *brincadeira* com os parentes. Da mesma forma que a *brincadeira* se constitui enquanto o espaço de produção do relacionamento com o Outro, com o estrangeiro, com aquele que está fora. A aproximação deste Outro se dá por meio da *brincadeira*, da possibilidade, de em meio a um momento de descontração e *apresentação* da “cultura”, constituírem-se aliados, e, por tanto, há algo da *ciência* nisso, da constituição de relacionamentos sérios, de conexão com diferentes domínios da existência e do fazer político, haja vista a manifestação: *sou da etnia Kiriri, quero brincar com você*. Tudo isso proporciona conquistas coletivas, pois como nos lembra Isabelle Stengers (2016), caminho não existe por si só, ele vai se fazendo com os encontros, assim, “*uma ciência triste é aquela em que não se dança*”; no caso dos Kiriri do Rio Verde, pode-se dizer que uma *Ciência* triste é aquela em que não se *Brinca*.

O Toré

A literatura sobre o Toré realizado pelos Kiriri nos aponta para a realidade da *enramação* dos Encantados apenas nas mulheres, isto é, os Encantados parecem possuir algum tipo de preferência em *encostar* no corpo das mulheres. Tratando-se dos Kiriri do Rio Verde, os Encantados mantêm uma via de comunicação direta com duas mulheres, Carliusa e sua irmã Roseni. Segundo a literatura acerca do Toré Kiriri, observa-se que:

É preciso referir que os 'encantados', de fato, só 'enramam' em mulheres durante o ritual, embora, na concepção nativa, nada impeça que 'enramem' em quem bem entendam, embora esse comportamento descontrolado ritualmente seja antes característico dos 'coisa ruim', dos 'espíritos mortos', sendo este estado de incorporação não desejada, entendido como a etiologia de comportamentos autodestrutivos e/ou antissociais a cuja cura juntamente visa o ritual e a ajuda dos 'encantados' (Nascimento, 2004, p. 39).

O que observo em meu contexto etnográfico confirma o que fora observado em outros contextos etnográficos acerca dos Kiriri. Meu ponto de interesse é justamente a mediação entre

¹⁰ Agradeço a Luiza Flores por me questionar sobre isso em 2021 e me fazer pensar.

mundos que essas duas mulheres, realizam a partir de seus relacionamentos com os Encantados, com humanos e não humanos.

Tanto a literatura, quanto meu trabalho de campo evidenciam a possibilidade de *enramar* que a Jurema possui. Em primeiro lugar, referindo-se à ação da Jurema naquele que aingere, no entanto, nem todas as pessoas são *enramadas* por ela, esse processo se afunila na intenção daquele que aingere e a manifestação da entidade em escolher este mesmo sujeito para então nele *enramar*. Se pensarmos no *enramar* de uma planta, talvez uma das que primeiro venha a mente, seja o chuchu, acerca dele há inclusive algumas frases populares como tal coisa dá “mais que chuchu na cerca”, essa expressão referência justamente seu processo de crescer e vingar, isto é, multiplicar seus frutos, além claro, de evidenciar a enrama do chuchu na cerca, processo da planta de se enrolar para se sustentar e expandir¹¹. As plantas que *enramam*, buscam essa expansão para chegar ainda mais longe, ampliando seu alcance e de certa forma, ocupando o espaço em que estão. Outra explicação ao *enramar* da Jurema, está naquilo que Dona Alzira compartilhou comigo, sendo o *enramar*, a possibilidade do deslocamento no espaço, em que a ocupação dos Kiriri, como coletivo, estando longe da *raiz*, se referindo ao Nordeste brasileiro, onde se encontra a *Jurema mãe*, que teria dado vida a todas as outras; este deslocamento que se distancia fisicamente da *Jurema mãe* ainda se conecta com ela através da extensão cosmológica e virtual, isto é, da possibilidade de a *rama* que se deslocou se adaptar e *viver bem*. Logo, o *enramar* nesta ocasião se referencia à *rama* que se gerou a partir de uma *mãe, raiz*, e então ganha vida em outro lugar.

Em 2017, quando os Kiriri entraram no território em Caldas, no Sul de Minas Gerais, houve uma *Mesa da Ciência* na qual os Encantados foram consultados quanto à possibilidade de os Kiriri ocuparem aquele território no Sul de Minas; através da *ciência*, os indígenas tiveram acesso ao *Tapuia, verdadeiro dono da terra*, representante do povo Tapuia que viveu naquelas terras há longas datas. A relação com este ancestral *Tapuia*, que reivindica ser o *verdadeiro dono da terra*, é o que permitiu aos Kiriri a permanência naquela localidade. A partir de algumas exigências da entidade: “que o cacique deveria colocar lanças sagradas, abençoadas por eles, nos quatro cantos da área que ocupariam no Rio Verde, de forma a proteger o local escolhido e, desse modo, estabelecer os domínios Kiriri” (Henrique, 2019, p. 87-88).

¹¹ A analogia com o chuchu e a ideia visual de enramar é da autora, pensa-se a partir deste modelo visual de *vingar* se *sustentar* e *expandir*, pois foram verbos utilizados pelos Kiriri em diálogo com a autora e trouxeram esta reflexão. Na literatura há outros diálogos com a enrama das plantas (Cf. Mura, 2013; Nascimento, 2012).

A ocupação, no entanto, foi tumultuada, a Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG), reivindicou ser dona do território ocupado e, em 2018, os Kiriri sofreram uma reintegração de posse. A fim de estabelecerem um diálogo e firmarem relação com o Estado, os indígenas aceitaram ser levados para Patos de Minas, cidade localizada no Triângulo Mineiro, sob a promessa de que lá haveria uma terra que poderiam ocupar, ao chegar nesta terra já havia ocupação do espaço por quilombolas e integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). Em uma *ciência* realizada de forma improvisada, os Kiriri foram informados por um encantado quilombola, parente dos quilombolas que estavam ali reivindicando aquele território, que poderiam permanecer um tempo ali, mas que em breve seriam informados do momento de ir embora.

A adaptação da *Mesa da Ciência* em Patos de Minas é a manifestação da possibilidade de manter relacionamento com os Encantados mesmo em contextos adversos. Entre os Encantados, há aqueles que possuem uma posição privilegiada na mediação com os outros Encantados e os sujeitos humanos, como no caso do *Chefe da Mata*, mestre encantado responsável por *representar* os Kiriri na *Mesa da Ciência*, que *encosta* em Roseni, ponto evidenciado no trabalho de Fernanda Borges Henrique (2019, p. 120). O Chefe da Mata é o Encantado que faz o intermédio entre os Encantados e os Kiriri do Rio Verde, penso, assim, que seja possível pensarmos na posição semelhante que Roseni e Carliusa ocupam, quando dentre os Kiriri do Rio Verde, são elas as únicas que conseguem *dar passagem* aos Encantados e, da mesma forma, estabelecem uma relação de mediação entre os sujeitos e os mundos, sendo responsáveis por formulações políticas de uma religiosidade indígena. Ambas possuem, assim como os Encantados, a capacidade de transitar. A bibliografia nos aponta para algo semelhante nos casos em que as pessoas que dão passagem aos Encantados, sobretudo por estarem envolvidas nas obrigações do Toré, conseguem transitar em diferentes instâncias cosmológicas (Durazzo; Segata, 2020).

Possivelmente, se não fosse Carliusa e Roseni, outras mulheres ocupariam este lugar de mediação com os Encantados, mas o fato etnográfico que encontramos é que são elas, duas irmãs e duas lideranças na comunidade que se constituem enquanto pessoas-relação; isto é, corpos em relação que possibilitam a comunicação, e junto com ela a ocupação territorial do ambiente, que está imbricada na relação entre os Kiriri e seres Outros, caracterizando o ambiente de ocupação como um espaço antes de tudo, de relações políticas. Roseni é reconhecidamente uma liderança por *dar passagem* ao Chefe da Mata e por ser responsável por algumas obrigações rituais na *ciência*.

[O Chefe da Mata, é o] *mestre* responsável por *representar* os Kiriri na *mesa da ciência*. Assim, é o Chefe da Mata quem chama os outros encantados que devem conversar com os Kiriri, dependendo do conteúdo da conversa. Se algum encantado aparecer sem ser convidado é o Chefe da Mata quem pede que este se retire. Dessa forma, além de organizar e controlar o ritual, o Chefe da Mata atua como um mediador entre os humanos e os não-humanos ali presentes, seguindo uma lógica de representação e mediação diante de uma situação de alteridade (Henrique, 2019, p. 120).

Desta forma, enquanto o Mestre da Mata é visto como um mediador “diante de uma situação de alteridade”, nas palavras de Fernanda Henrique (2019), Roseni também é encarada aqui, desta forma, pois, é através de seu corpo e do relacionamento que constitui com a entidade que a possibilidade de *dar passagem* se configura. Ela também é *responsável* pela *defumação* dos presentes, com o cachimbo chamado de *paú*, reconhecido pela comunidade como um instrumento sagrado e principal arma de proteção dos Kiriri do Acré, produzido a partir da raiz da jurema e batizado com o vinho da jurema. Um acessório sagrado envolvido por alguns tabus e certas indicações para o uso, a exemplo da proibição do uso em momentos de *brincadeira*, e às mulheres quando estão menstruadas (Ramos *et al.*, 2021).

As obrigações rituais existem no contexto do ritual, tanto Carlusa como Roseni as realizam. A literatura sobre os Kiriri e sobre os indígenas no Nordeste indicam que apenas as mulheres dão passagem os Encantados, ainda que não haja nenhum problema nos homens em recebê-los, mas isso, em geral, não é percebido como uma ação benéfica, como vimos anteriormente. Entre os Kiriri, o relacionamento com os encantados é realizado por essas duas mulheres que *têm o dom*, no entanto é possível notar que tendo elas o *dom*, a elas é destinada obrigações e responsabilidades em relação ao ritual do Toré enquanto *brincadeira*, que é o relato ao qual temos acesso. Sendo a *ciência* uma manifestação privada, e tendo Carlusa me dito que sobre ela não se faz pesquisa, concentro-me na *brincadeira* e medito sobre suas possibilidades junto à *ciência*. Um outro elemento importante é que para a realização do Toré, é importante que as pessoas estejam com a *mente limpa*, configurando mais uma das responsabilidades dos sujeitos que realizam o ritual, cuidar da sua mente e de seus pensamentos para que estejam *limpos*.

Importante destacar que o fato de algumas pessoas possuírem certas obrigações com o ritual, não estão isentos de responsabilidades *todos* os demais da comunidade. Dona Alzira, em conversa me relatou que avalia certos momentos de *sufoco* na aldeia como *quebra da corrente*, ela me relatou que, por vezes, na hora da *obrigação* tem gente que não está presente para fazer “outras coisas”, referindo-se às atividades que poderiam aguardar outros momentos para sua

realização, e aí é que se erra, pois segundo ela, *abrir corrente é precipício, minha filha*, falou de forma preocupada. Toda quebra da corrente tem consequência, *basta errar um e todos sofrem*.

Se o *dom* está presente em Carliusa e Roseni, mulheres Kiriri, ele também carece de ser feito no relacionamento com os *Mestres Encantados* e com as responsabilidades rituais que essas mulheres possuem. O feito também perpassa o coletivo da aldeia, pois é importante que o ritual seja feito com a *mente limpa*, logo, Carliusa e Roseni possuem uma centralidade quando nelas se aglutinam responsabilidades rituais, mas para que os Encantados *encostem* nelas que *têm o dom*, a comunidade precisa participar da responsabilidade ritual.

Sendo assim, aproximando-nos dos estudos afro-indígenas, dadas as devidas contextualizações, concorda-se com a reflexão de Goldman (2012):

a relação entre dom e iniciação não é nem da ordem da oposição, nem da redundância, nem da causalidade direta. Se quiséssemos empregar um conceito fora de moda, poderíamos talvez dizer que se trata de uma complementaridade dialética. Mas isto não ajudaria muito, pois o problema da dialética, como observou Deleuze, é não perceber que o importante não está nem nos termos, nem em sua contradição, nem em sua possível ou impossível síntese: “O que conta [...] não é o 2 ou o 3, ou sei lá quanto, é o E, a conjunção E [...]. O E é a diversidade, a multiplicidade, a destruição das identidades [...]. O E não é nem um nem o outro, é sempre entre os dois, é a fronteira, sempre há uma fronteira, uma linha de fuga ou de fluxo, mas que não se vê, porque ela é o menos perceptível. E, no entanto, é sobre essa linha de fuga que as coisas se passam, os devires se fazem [...] (Deleuze 1976:64-66).” (Goldman, 2012, p. 282).

A linha de fuga, o “E” em que as coisas se fazem, no contexto Kiriri, parece ser justamente esses mesmos “E”, entre o *dom* e a feitura dos relacionamentos com os Encantados. Aquilo que nos possibilita ver além do dado (*dom*), e revela as sutilezas dos relacionamentos sendo construídos a partir de ações conscientes de obrigações e cuidados com o ritual e com o corpo, de forma individual e coletiva. Logo, estas mulheres possuem o *dom*, mas acompanhado dele, recebem a responsabilidade de cuidar do corpo, da mente e principalmente dos relacionamentos, ter o *dom* significa também ter uma predisposição à constituição de relacionamentos. Não me surpreende Carliusa ter o *dom* do relacionamento com os Encantados e, ao mesmo tempo, ser a pessoa que com os outros humanos, em relação, articula e faz movimento, auxilia para os ganhos políticos da comunidade.

Carliusa me diz que *todos temos o dom*, o que acontece é que tem gente que tem o dom e não sabe o *significado*, há aqueles que não desenvolveram o dom, mas todos nascem com ele. O processo de desenvolver o dom vem com o tempo, *cada coisa no seu tempo*, quando é para

desenvolver, desenvolve. Dona Alzira, por sua vez, diz que *dom, cada um tem o seu*, e que as pessoas já nascem sabendo, mas, ainda assim, vai aprendendo a desenvolver com os mais velhos, com aqueles que já passaram pelo processo de desenvolvimento. Dona Alzira conta que está sempre disposta a ensinar quem queira aprender, mas que vez ou outra ouve das pessoas que elas “têm medo”, e ela é enfática em dizer: *medo de que? tem medo de rezar, medo de fazer o bem?* sinalizando que do *dom* não é necessário medo, o necessário é o respeito, ir aprendendo e desenvolvendo.

Considerações finais

Tentou-se apresentar neste trabalho brevemente quem são os Kiriri do Acré, onde vivem, de onde vieram e por onde têm caminhado para construção de relacionamentos potentes com pessoas e Encantados. Apontaram-se aspectos das práticas devocionais do povo Kiriri do Acré na feitura do Toré. Situou-se o complexo ritual da Jurema, situado como a principal prática ritual do povo Ibiramã Kiriri do Acré. Por fim, aglutinou-se elementos que possibilitam a realização ritual, desde as condições objetivas do ritual às questões subjetivas do relacionamento e das escolhas dos sujeitos na comunidade.

O Toré é apresentado como o principal ritual praticado pelo povo Kiriri do Acre, e é composto por dois momentos distintos: um público (*toré/brincadeira*) e outro privado (*ciência*). Esses momentos são caracterizados e diferenciados pelas forças presentes, pela presença dos encantados, pela utilização de plantas e dos vinhos produzidos a partir delas, bem como pelos objetos rituais envolvidos, e também pelo espaço onde são realizados.

A presença e a potência dos vinhos, que são produzidos para atender às finalidades específicas de cada momento do ritual, destacam aspectos importantes da prática ritual tanto em espaços públicos quanto privados. Isso contribui para uma abordagem material e objetiva do ritual. Cada bebida, cada participante, cada elemento e cada objeto possui um significado específico e um papel definido nos distintos momentos do ritual.

Há, na constituição do ritual, certa inclinação a questões de gênero, que atravessam o cotidiano da comunidade e coloca em evidência os corpos femininos e a realização da construção de relacionamentos com os *Mestres Encantados*. No entanto, revela-se o comprometimento de *todos* com o ritual, uma vez que a *quebra das correntes* impacta na vida de *todos*, sendo o ritual um momento de responsabilidade compartilhada na comunidade.

Este trabalho possui natureza etnográfica, estas reflexões partem de um contexto maior trabalhado pela autora na dissertação de mestrado (Branco, 2023). Este artigo, manifesta interesse nas composições entre as dimensões públicas e privadas da realização do ritual do Toré produzido pelo povo Kiriri do Acré e dispôs-se a demonstrar a forma pela qual pessoas, Encantados, plantas, território, ritualísticas, objetos, parentes e gênero são mobilizados para a produção ritual.

AGRADECIMENTOS: O desenvolvimento desta pesquisa só foi possível devidos às trocas com as mulheres Kiriri, em especial, Carliusa, Roseni e Dona Alzira.

REFERÊNCIAS

AHLERT, M. **Encantoria:** uma etnografia sobre pessoas e encantados em Codó (Maranhão). Curitiba: Kottter Editorial, 2021.

ALBUQUERQUE, M. A. S. O torécoco: o forjar lúdico dos índios Kapinawá em Mina Grande – PE. In: GRÜNEWALD, R. de A. (org.). **Toré:** Regime Encantado dos Índios do Nordeste. Recife: Fundação Joaquim Nabuco. Editora Massangana, 2004. 282 p.

BANDEIRA, M. L. **Os Kariris de Mirandela:** um grupo indígena integrado. Salvador: EDUFBA. 1972.

BRANCO, M. C. A. **Mediação e Negociação Entre Mundos:** uma etnografia do prestígio e da liderança de uma mulher Kiriri em Caldas/MG. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados. Mato Grosso do Sul, 2023.

BRASILEIRO, S. **A organização política e o processo faccional no povo indígena Kiriri.** 250f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1996.

CARNEIRO DA CUNHA, M. **"Cultura" e cultura:** conhecimentos tradicionais e direitos intelectuais. In: Cultura com aspas. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

DURAZZO, Le.; SEGATA, J. Intercosmologias: humanos e outros mais que humanos no nordeste indígena. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 185-198, jul./dez. 2020.

GOLDMAN, M. O dom e a iniciação revisados: o dado e o feito em religiões de matriz africana no Brasil. **MANA**, v. 18, n. 2, p. 269-288, 2012.

HENRIQUE, F. B. **Por um lugar de vida:** os Kiriri do Rio Verde, Caldas/MG. 2019. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Departamento de Antropologia Social do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2019.

HENRIQUE, F. B.; RAMOS, R. O. Os Kiriri do Acré e o resgate da língua indígena. **Policromias – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 514-544, 2021.

KELLY LUCIANI, J. A. **Sobre a anti-mestiçagem**. Tradução de Nicole Soares, Levindo Pereira e Marcos Almeida Matos. Curitiba, PR: Species – Núcleo de Antropologia Especulativa: Desterro, [Florianópolis]: Cultura e Barbárie, 2016. 122p.

KELLY LUCIANI, J. A. **State healthcare and Yanomami transformations**: a symmetrical ethnography. Tucson: Arizona University Press. 2011.

LEI ORDINÁRIA Nº23.758, De 06 de Janeiro de 2021. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/mg/lei-ordinaria-n-23758-2021-minas-gerais-autoriza-o-poder-executivo-a-doar-a-uniao-o-imovel-que-especifica>. Acesso em 06 de agosto de 2023.

MOTA, C. N. **Performances e significações do toré**: o caso dos Xocó e Kariri-Xocó. *In*: GRÜNEWALD, R. de A. (org.). **Toré**: Regime Encantado dos Índios do Nordeste. Recife: Fundação Joaquim Nabuco. Editora Massangana, 2004. 282 p.

MURA, C. **Todo mistério tem dono!** ritual, política e tradição de conhecimento entre os Pankararu. Rio de Janeiro: Contracapa, 2013. 368 p.

NASCIMENTO, M. T. S. A jurema das ramas até o tronco: ensaio sobre algumas categorias de classificação religiosa. *In*: Carvalho, M. R. de; Carvalho, A. M. (org.). **Índios e caboclos**: a história recontada. Salvador: EDUFBA, 2012.

NASCIMENTO, M. T. S. **O tronco da Jurema**: Ritual e etnicidade entre os povos indígenas do Nordeste - o caso Kiriri. 1994. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal da Bahia, 1994.

NASCIMENTO, M. T. S. Toré Kiriri: o sagrado e o étnico na reorganização coletiva de um grupo. *In*: GRÜNEWALD, R. de A. (org.). **Toré**: Regime Encantado dos Índios do Nordeste. Recife: Fundação Joaquim Nabuco. Editora Massangana, 2004. 282 p.

PALITOT, E. M.; SOUZA JUNIOR, F. B. Todos os pássaros do céu: o toré Potiguara. *In*: GRÜNEWALD, R. de A. (org.). **Toré**: Regime Encantado dos Índios do Nordeste. Recife: Fundação Joaquim Nabuco. Editora Massangana, 2004. 282 p.

RAMOS, C. F.; RAMOS, R. R.; WUNDER, A. **Escola Indígena Ibiramã Kiriri do Acré**: Livro dos saberes tradicionais do povo Kiriri do Acré. Caldas: UK'A, 2021. v. 1, 112 p.

STENGERS, I. Uma ciência triste é aquela em que não se dança. **Rev. Antropol.**, São Paulo, v. 59, n. 2, p. 155-186, 2016.

VIEIRA, J. G. Catimbó e toré: práticas rituais e xamanismo do povo Potiguara da Paraíba. **Vivência Revista de Antropologia**, n. 54, p. 41-64, 2019.

CRediT Author Statement

Reconhecimentos: Agradeço ao povo Ibiramã Kiriri do Acré pelas possibilidades.

Financiamento: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Conflitos de interesse: Não há conflitos de interesse.

Aprovação ética: O trabalho respeitou a ética durante a pesquisa!

Disponibilidade de dados e material: Os dados e materiais utilizados no trabalho estão disponíveis para acesso incluindo *link* quando há, e devidamente citado.

Contribuições dos autores: Esta peça é fruto da dissertação de mestrado da autora.

Processamento e editoração: Editora Ibero-Americana de Educação.

Revisão, formatação, normalização e tradução.

